



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Coordenação de Gestão de Contratos e Congêneres

Diretoria de Administração de Contratos

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44087/2021 - SEEC, nos Termos do Padrão nº 13/2002.

Processo nº: [00040-00001879/2020-10](#)

SIGGo nº: 44087

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL (SEEC/DF)**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.684/0001-53, neste ato representado por **DANIEL IZAIAS DE CARVALHO**, portador da matrícula funcional nº 190029-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 835.635.631-87, na qualidade de Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal, nos termos das atribuições previstas no artigo 31 do [Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010](#), alterado pelo [Decreto nº 44.486, de 02 de maio de 2023](#), e em conformidade com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e, do outro lado, a empresa **SORTECH - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.727.821/0001-31, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MARIO HENRIQUE CAVALCANTE DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 560.566.303-82, na qualidade de Sócio-Administrador, conforme os atos constitutivos da empresa ([145811143](#) - fls. 5 - 10), resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666, de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Alterar o Contrato nº 44087/2021 ([66716523](#)), nos termos do art. 65, inciso II, alínea "c", da lei nº 8.666/93, para acrescentar na Cláusula Sexta - Da Dotação Orçamentária, o Programa de Trabalho e a Fonte de Recursos referente ao Programa de Desenvolvimento Fazendário do DF - PRODEFAZ/PROFISCO, como passível de custear as despesas, passando a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([179637436](#))

[...]

6.5 - A despesa correrá, também, à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 19.101

II - Programa de Trabalho: 04.122.6203.3104.0001

III - Natureza da Despesa: 33.90.40

IV - Fonte de Recursos: 1360

2.2. Alterar o Contrato nº 44087/2021 ([66716523](#)) para incluir, nos termos do artigo 58, I, da Lei nº 8.666, de 1993, e do Contrato de Empréstimo nº 5684/OC-BR ([181700539](#)), a Cláusula Vigésima Segunda – Das Disposições Finais, com a seguinte redação:

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As partes devem aderir aos mais altos padrões éticos, denunciando ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação quanto durante a negociação ou a execução do CONTRATO.

22.2. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do BID, por meio da página Web <<https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/transparencia/sistema-de-sancoes/escritorio-da-integridade-institucional>>, para que se realize a devida investigação.

22.3. Nos termos do Contrato de Empréstimo nº 5684/OC-BR e suas Normas Gerais (181700539), das "Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2349-15" (181700644) e das "Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2350-15" (181700751), as partes poderão ser **sancionadas** pelo BID se verificado o cometimento de Práticas Proibidas por parte de mutuários (incluindo beneficiários de doações), órgãos executores e organismos contratantes, bem como firmas, entidades ou indivíduos licitando ou participando de uma atividade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer com atribuições expressas ou implícitas).

22.4. São Práticas Proibidas:

22.4.1. Prática corrupta: consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

22.4.2. Prática fraudulenta: é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;

22.4.3. Prática coercitiva: consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou a seus bens, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

22.4.4. Prática colusiva: é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

22.4.5. Prática obstrutiva consiste em:

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;

b) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedir a divulgação de assuntos relevantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou

c) todo ato que vise impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos no parágrafo 1.16 (f) das *Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - GN-2349-15* (181700644) ou seus direitos de acesso à informação; e

22.4.6. Apropriação indébita: consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

2.3. Reajustar o valor do Contrato, nos termos do art. 40, inciso XI c/c art. 65, § 8º, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se a variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao mês de **julho de 2025**, ou seja, **5,22522%** sobre o valor unitário ^[1],

apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passando o valor total do Contrato de **R\$ 5.421.320,59** (cinco milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos) para o montante de **R\$ 5.704.529,36** (cinco milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos), que corresponde a um acréscimo de **R\$ 283.208,77** (duzentos e oitenta e três mil, duzentos e oito reais e setenta e sete centavos) no valor total do Contrato, **com seus efeitos financeiros a contar de 01/07/2025**, conforme detalhamento abaixo:

CONTRATO nº 44087/2021 - SORTECH - 4º TA 153647928					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Suporte técnico especializado para manutenção evolutiva, preventiva e corretiva na ferramenta RAID Collections e todos os subserviços correspondentes.	UST	14.621	R\$ 370,79	R\$ 5.421.320,59
VALOR TOTAL 24 MESES					R\$ 5.421.320,59

CONTRATO nº 44087/2021 - SORTECH - REAJUSTE (IPCA JUL/25 - 5,22522%)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Suporte técnico especializado para manutenção evolutiva, preventiva e corretiva na ferramenta RAID Collections e todos os subserviços correspondentes.	UST	14.621	R\$ 390,16	R\$ 5.704.529,36
VALOR TOTAL 24 MESES					R\$ 5.704.529,36

2.4. Alterar o contrato, nos termos do art. 65, inciso II, § 1º, da Lei nº 8.666/93, para suprimir 731 UST's (Unidade de Serviços Técnicos), conforme solicitado pela área técnica demandante ([182376087](#)), e em cumprimento ao [Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025](#), que dispõe sobre a racionalização de despesas, passando o valor total do contrato de **R\$ 5.704.529,36** (cinco milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos) para o montante de **R\$ 5.419.302,89** (cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil, trezentos e dois reais e oitenta e nove centavos), que corresponde aproximadamente a uma **supressão de 5% do valor inicial atualizado**, conforme detalhado no quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATO nº 44087/2021 - SORTECH (REAJUSTE 2025)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Suporte técnico especializado para manutenção evolutiva, preventiva e corretiva na ferramenta RAID Collections e todos os subserviços correspondentes.	UST	14.621	R\$ 390,16	R\$ 5.704.529,36
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$ 5.704.529,36

CONTRATO nº 44087/2021 - SORTECH - SUPRESSÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Suporte técnico especializado para manutenção evolutiva, preventiva e corretiva na ferramenta RAID Collections e todos os subserviços correspondentes.	UST	13.890	R\$ 390,16	R\$ 5.419.302,89
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$ 5.419.302,89
					SUPRESSÃO -5,00%

2.4.1. Compete à comissão executora verificar os valores efetivamente pagos nos períodos em questão, principalmente em face dos faturamentos apresentados para pagamento das diferenças dos valores reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à Conta de Créditos Orçamentários consignados à Secretaria de Estado de Economia (Seec/DF), conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária ([189086436](#)) e respectivas Notas de Empenho:

I – Unidade Orçamentária: 19.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.2557.0007

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.40

IV – Fonte de Recursos: 1000

V – Nota de Empenho: 2025NE26772 ([189209450](#))

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura, porém os efeitos financeiros do reajuste retroagem a partir de **01/07/2025**, em conformidade com o princípio da anualidade e o disposto na cláusula 2.3 deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do CONTRATO a que se refere o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Termo Aditivo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro no livro próprio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

*Pela **CONTRATADA**:*

MARIO HENRIQUE CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Sócio-Administrador

*Pelo **DISTRITO FEDERAL**:*

DANIEL IZAIAS DE CARVALHO
Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal

[1] a aplicação do índice de reajuste diretamente sobre o valor global do contrato pode gerar resultados distintos da atualização efetuada sobre os valores unitários que compõem a planilha de preços. Isso ocorre em razão da composição contratual, visto que o contrato é formado por diversos itens, cada qual com peso específico na formação do preço final; dos arredondamentos aplicados**, pois, ao se reajustar item a item, pequenas diferenças podem surgir em virtude de arredondamentos legais ou operacionais; e ainda, por segurança jurídica, uma vez que somente o reajuste sobre os valores unitários assegura o atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Henrique Cavalcante de Oliveira, Usuário Externo**, em 30/12/2025, às 14:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL IZAIAS DE CARVALHO - Matr.0190029-3, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 31/12/2025, às 10:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **189481894** código CRC= **3CB4F030**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti - 5º Andar - Sala 507 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s): 3313-8150

Sítio - www.economia.df.gov.br

00040-00001879/2020-10

Doc. SEI/GDF 189481894

Criado por [monica.macieli](#), versão 8 por [ingria.lourdes](#) em 29/12/2025 13:23:06.